



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 3004/2013

PROCESSO Nº 5004685-70.2012.4.04.7121

**ORIGEM: JUÍZO DA VARA FEDERAL E JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAPÃO DA CANOA/RS**

PROCURADOR OFICIANTE: CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

RELATOR: CARLOS AUGUSTO DA SILVA CAZARRÉ

INQUÉRITO POLICIAL. SUPOSTO CRIME CONTRA O MEIO AMBIENTE. ATO TENDENTE À PESCA. CRIME DE FALSA IDENTIDADE. LEI Nº 9.605/98, ART. 34 C/C ART. 36. CP, ART. 307. MPF: ARQUIVAMENTO. DISCORDÂNCIA DO JUÍZO FEDERAL (CPP, ART. 28, C/C LC N. 75/93, ART. 62, IV). CONDUTA QUE SE AMOLDA AO CONCEITO DE ATO TENDENTE À PESCA. USO DE PETRECHO PROIBIDO (REDE COM MALHA PREDATÓRIA). IRRELEVÂNCIA DE QUALQUER RESULTADO NATURALÍSTICO. FALSA IDENTIDADE. TIPICIDADE DA CONDUTA AINDA QUE EM SITUAÇÃO DE AUTODEFESA. INADEQUAÇÃO DO ARQUIVAMENTO. CONTINUIDADE DA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Trata-se de Inquérito Policial instaurado para apurar a possível prática dos delitos tipificados no art. 34 da Lei nº 9.605/98 e no art. 307 do Código Penal. O investigado, em 11/02/2011, na praia de Itapeva, município de Torres/RS, foi flagrado pescando com equipamento proibido (tarrafa) e, no momento de sua abordagem, ao se identificar, teria prestado informações falsas.

2. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento do feito por entender que não houve qualquer dano ambiental oriundo da tentativa de pesca. Consignou que os agentes da fiscalização florestal realizaram a abordagem no momento em que o investigado, já desembarcado, lançou a rede, “evitando que qualquer peixe fosse capturado”, o que, a seu ver, descaracteriza o ato de pesca, na forma do art. 36 da Lei nº 9.605/98. No tocante ao delito de falsa identidade, enfatizou que a conduta é atípica, pois o investigado estaria no exercício do seu direito de autodefesa, não tendo o dever de produzir prova contra si próprio.

3. A Magistrada processante, ao discordar das razões do *Parquet*, pontuou que o uso de rede fora dos padrões legais tipifica a conduta prevista no art. 34 da Lei nº 9.605/98, sendo irrelevante, por se tratar de crime formal, que não tenham sido apreendidas espécies de peixes em poder do investigado no momento da abordagem. Quanto ao crime previsto no art. 307 do CP, rememorou entendimento firmado pela Suprema Corte, em repercussão geral, no sentido de que é típica a conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial, ainda que em situação de alegada autodefesa.

4. O crime previsto no art. 34, *caput*, da Lei nº 9.605/98 é considerado formal, de mera conduta, prescindindo para sua consumação, da captura de qualquer espécie marinha. O referido tipo penal também incrimina a pesca em quantidades superiores às permitidas, ou mediante a utilização de aparelhos, petrechos, técnicas e métodos não permitidos”. Ainda nos termos do art. 36 do mesmo diploma legal, no conceito de pesca se inclui qualquer ato tendente “a retirar, extrair, coletar, apanhar, apreender ou

capturar espécimes dos grupos dos peixes, crustáceos, moluscos e vegetais hidróbios, suscetíveis ou não de aproveitamento econômico”.

5. Desse modo, se o investigado foi abordado na praia e ainda estava com petrecho (rede com malha predatória) não permitido para a pesca, verifica-se que sua conduta se amolda à definição de ato tendente à pesca a que alude o art. 36 da Lei nº 9.605/98. O delito consuma-se com qualquer ato tendente à captura de espécies de peixe, ou seja, com a simples conduta capaz de produzir materialmente o prejuízo.

6. De outro lado, consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, em repercussão geral, “o princípio constitucional da autodefesa (art. 5º, inciso LXIII, da CF/88) não alcança aquele que atribui falsa identidade perante autoridade policial com o intento de ocultar maus antecedentes, sendo, portanto, típica a conduta praticada pelo agente (art. 307 do CP)” (RE nº 640.139/DF, Ministro Dias Toffoli, DJe: 14/10/2011). Precedente do STJ (HC nº 252.185/MG, 6ª Turma, Ministro Sebastião Reis Júnior, DJe: 08/10/2012).

7. Não homologação do arquivamento e designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Com tais fundamentos, voto pela não homologação do arquivamento e pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução penal.

Encaminhem-se os presentes autos, com as homenagens de estilo, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, para cumprimento, cientificando-se o Procurador da República oficiante e o Juízo de origem.

Brasília/DF, 22 de abril de 2013.

Carlos Augusto da Silva Cazarre
Procurador Regional da República
Suplente – 2ª CCR